

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PONTO E CONTRAPONTO DAS ECONOMIAS AMBIENTAL NEOCLÁSSICA E ECOLÓGICA NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO.**

MACHADO, A. M. O. B. S. M.<sup>1</sup>; VALE, M. S.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Institutos Superiores de Ensino do CENSA – ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. <sup>2</sup>Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF Campus Macaé, Rodovia Amaral Peixoto, Km 164, Imboassica, Macaé, RJ, Brasil.

A Crise Ambiental, dentre suas vertentes, fundamenta-se no Homem com uma visão individualizada e na sua racionalidade como centro de todas as coisas, desconsiderando a ordem da natureza e da sustentabilidade, instrumentalizando-a, na crença de que tudo se submete à sua razão utilitarista e a seus fins (LEFF, 2006). Este contexto do Homem no processo de degradação ambiental está inserido no modo de vida moderno. A modernidade carrega em si um projeto que delineou a concepção de homem, de sociedade, de Estado e de racionalidade que se constituiu desde antes do capitalismo, dentre os séculos XVI e XVIII, mas que realmente se desenvolveu com o advento deste como modo de produção dominante nos países europeus (GUEDES, 2013). Segundo Arendt (ARENDR, 2007), a visão da racionalidade moderna e de mundo mecanicista fundamentado nos parâmetros da ciência cartesiana newtoniana, do individualismo, do modo de produção capitalista, bem como na questão do liberalismo e do mercado fortalecido pelo papel do Estado contribui para a definição do Paradigma da Modernidade focado em um dos pilares da Crise Ambiental. A Era Moderna observa a natureza como algo estático, vasto, eterno, apenas como um palco para a atuação humana, como se não houvesse nenhum liame entre a atuação deste e a situação da natureza, tampouco se o Estado e as condições desta não interferissem na vida daquele, vendo todas as coisas dadas como matéria-prima e toda a natureza como um imenso tecido do qual pode-se cortar e tornar a coser novamente. Desta forma, Furtado (FURTADO, 1996) explica que o quadro atual da Crise Ambiental não pode ser visto apenas pelo âmbito das ciências naturais, muito pelo contrário, esta passa por uma contribuição das práticas econômicas e sociais degeneradoras do ambiente e da qualidade de vida humana. O Desenvolvimento Sustentável fundamenta-se, segundo uma visão teórica, em duas principais correntes, a saber: A Economia Ambiental (Neoclássica) e a Economia Ecológica. Para a economia ambiental neoclássica, segundo Maurício Amazonas (AMAZONAS, 2002), o desenvolvimento sustentável está associado ao uso de recursos ambientais de forma coerente e que tais recursos tenham fins de perpetuação da espécie humana. Logo a economia neoclássica, defende o uso de recursos de maneira coerente e ética como sustentável, ou seja, na visão neoclássica seria o uso ótimo destes recursos a partir da racionalidade e de sua maximização. A economia neoclássica faz essa análise a partir de duas abordagens, a economia da poluição e a economia dos recursos naturais. A Economia Ecológica surge sob a influência e pressões de ambientalistas, nas décadas de sessenta e setenta, que incorporam a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável no funcionamento do sistema econômico. A economia ecológica considera elementos físicos e biológicos no sistema econômico, que por sua vez tentam ser descaracterizados pela economia neoclássica. Sua visão diferenciada da economia neoclássica, fez com que a economia ecológica considerasse não o sistema circular e autossustentado, mas sim o processo econômico unidirecional, entrando energia e matéria de baixa entropia e saindo bens, rejeitos e matéria (dejetos) de alta entropia sem valor. (SOUZA-LIMA, 2004), (AMAZONAS, 2002). Portanto, o objetivo principal é mostrar como o desafio da sustentabilidade não pode ser enfrentado a partir de uma perspectiva teórica que desconsidera as dimensões culturais e éticas nos processos de tomada de decisão. A metodologia utilizada classifica-se, segundo Gil (GIL, 1991), como exploratória, descritiva e qualitativa, por sua vez vale ressaltar que o objetivo maior está na compreensão dos fatos e não na sua



mensuração. Desta forma, a partir do instrumento jurídico, o Princípio de Precaução, buscou-se mostrar uma proposta metodológica de classificação e hierarquização dos problemas ambientais segundo os níveis de incerteza sistêmica e de risco de perdas irreversíveis, em processos de tomada de decisão.

**Palavras Chave:** Sustentabilidade, Economia, Meio-ambiente.

Financiamento: ISECENSA e/ou FAPERP e/ou CNPq e/ou CAPES

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Maurício C. Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício, (orgs.) Desenvolvimento Sustentável. A institucionalização de um conceito. (Parte II). Brasília: Ed. Ibama, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

GUEDES, J. R. C. *A Crise ambiental e dos paradigmas modernos: Fatores para a construção de uma nova axiologia para a pós-modernidade*. Rio de Janeiro, 2013.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental a reapropriação social da natureza*. Editora Record, 2006.

SOUZA-LIMA, José E. *Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais*. Revista da FAE, v.7, n.1, p.119-127. Curitiba, jan.-jun./2004.